

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL BACHARELADO**

**A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL
JUNTO A ECONOMIA SOLIDÁRIA: ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃS DA VILA
SCHIRMER - KM 3, SANTA MARIA – RS.**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ana Claudia Storchi Carlos

Santa Maria, RS, Brasil 2016

CCSH/UFSM, RS

Ana Claudia Storchi Carlos

Trabalho de Conclusão de Curso 2016

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Serviço Social
Curso de Serviço Social Bacharelado**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
Aprova o Trabalho de Conclusão de Curso.**

**A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL
JUNTO A ECONOMIA SOLIDÁRIA: ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃS DA VILA
SCHIRMER - KM 3, SANTA MARIA – RS.**

elaborado por

Ana Claudia Storchi Carlos

como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social

COMISSÃO EXAMINADORA:

Caroline Goerck, Dra.

(Presidente/Orientadora)

Suleima Gomes Bredow, Ma. (UFSM)

Santa Maria, novembro de 2016.

Dedico este trabalho aos meus pais Artur Omar Almansa Carlos e Zeli Storchi
Carlos, pelo apoio, compreensão e incentivo em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente aos meus pais, Omar e Zeli, que viabilizaram todo apoio, meios e incentivo pra que essa caminhada pudesse ser concretizada, apresentando-se sempre ao meu lado em todos momentos de adversidade.

Aos meus irmãos, Jane e Douglas, pelo apoio e incentivo constante. Aos amigos que invariavelmente estiveram comigo, seja em momentos de descontração ou momentos infortúnios, auxiliando a sobrepor os percalços, em especial Markus Vincius, Max Henrique e Maxwell.

A todos professores que contribuíram desde a minha alfabetização à formação profissional, destinando seu trabalho, tempo e dedicação para construção de conhecimento. Gostaria de destacar a professora Caroline Goerck, que além de me orientar para consolidação deste trabalho, me possibilitou desde o início do curso, participar de diversas oportunidades de aprendizado e conhecimento, junto a pesquisa e a extensão universitária.

Gostaria de destacar ainda, meu muito obrigado ao professor Fabio Gaviraghi, que além da formação em sala de aula, me possibilitou o prazer de participar do projeto de extensão que da base a este trabalho, proporcionando o acompanhamento e orientação em diversas atividades de formação que contribuíram de forma significativa para meu desenvolvimento acadêmico.

Dentre outros nomes que contribuíram para minha formação, gostaria de salientar a professora Sarita Amaro, que me possibilitou a adesão junto a pesquisa e a assistente social Carla Quatrin, que atuou como orientadora de campo no estágio obrigatório.

Agradeço aos meus colegas de graduação, que me possibilitaram participar de um aprendizado coletivo, regado a companheirismo, troca de experiências e diversos ocasiões de descontração. Agradeço em especial a minha colega e amiga Raquel Celso, que me permitiu compartilhar momentos de construção de conhecimento, dentro da sala de aula e fora dela.

Enfim, a todos que contribuíram para consolidação deste trabalho, meu muito obrigado!

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Serviço Social Bacharelado
Departamento de Serviço Social
Universidade Federal de Santa Maria

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO A ECONOMIA SOLIDÁRIA: ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃS DA VILA SCHIRMER - KM 3, SANTA MARIA – RS.

AUTORA: ANA CLAUDIA STORCHI CARLOS

ORIENTADORA: CAROLINE GOERCK

Este trabalho de conclusão de curso tem por finalidade elucidar a atuação profissional do assistente social junto a um empreendimento de Economia Solidária, com base no relato de experiência das ações realizadas no projeto de extensão “Alternativas de trabalho, renda e cidadania para grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica”. No decorrer do trabalho será apresentado o referencial teórico sobre o assunto, a fim de viabilizar ao leitor uma melhor compreensão do tema e do contexto envolvido, proporcionando meios para uma análise sócio-histórica de conjuntura. Ao término do trabalho será apresentada uma síntese da experiência junto ao projeto, descrevendo as atividades consolidadas de forma em que se possa realizar uma reflexão crítica, sobre o contexto apresentado e sobre a experiência acadêmica

Palavras-chave: Economia Solidária, Serviço Social e processo de trabalho.

ABSTRACT

Final Course Assignment
Social Work Bachelor Course
Social Work Department
Federal University of Santa Maria

UNIVERSITY EXTENSION AND THE SOCIAL ASSISTANT WORK TOWARDS THE SOLIDARITY ECONOMY: WOMEN'S CRAFTSMAN ASSOCIATION FROM VILA SCHIRMER - KM 3, SANTA MARIA – RS

AUTOR: ANA CLAUDA STORCHI CARLOS

MENTOR: CAROLINE GOERCK

This undergraduate thesis aims to elucidate the social worker's professional performance regarding a Solidarity Economy project, based on the experience report of the actions carried out in the extension project "Labor alternatives, income and inclusion for groups in situation of Social and economic vulnerability." Throughout this report, theoretical reference on the subject will be presented in order to enable the reader a better understanding of the theme and the context involved, providing means for a socio-historical analysis of the conjuncture. At the end of the work, a synthesis of the project experience will be presented, describing the consolidated activities so that a critical observation can be achieved, regarding the presented topic and the academical experience.

Keywords: Solidarity Economy, Social Service and work process

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico I – Taxa média de desemprego (2004-2015).....	15
Gráfico II – Pessoas entre 25 a 34 anos com ensino superior de.....	23
Gráfico III –Taxa de desemprego no ano de 2015.....	24
Tabela I – Quantidade de sócias/os nos Empreendimentos de Economia Solidária da Região Sul do Brasil.....	25

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. PROCESSOS DE TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES A PARTIR DO FINAL DO SÉCULO XIX	12
1.1 Cooperativismo e Seu Processo de Historização na Europa.....	15
1.2 Economia Solidária e sua implementação no Brasil.....	17
1.3 A Atuação Feminina no Mercado de Trabalho.....	21
2. SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO SOCIAL.....	26
2.1 Serviço Social e a Economia Solidária.....	28
2.2 As Incubadoras Sociais e o Processo de Incubação.....	31
3. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA JUNTO A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	35
3.1 Universidade Federal de Santa Maria.....	35
3.2 Incubadora social da UFSM.....	37
3.3 Projeto de Extensão: Alternativas de trabalho, renda e cidadania para grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica.....	38
3.4 Síntese da Experiência.....	40
3.5 Desafios e Possibilidades.....	43
CONCLUSÃO.....	49
REFERÊNCIAS.....	52

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo analisar as atividades desenvolvidas no projeto “Alternativas de trabalho, renda e cidadania para grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica” por meio de uma reflexão teórico prática, relacionada com uma experiência vivenciada em um projeto de extensão, coordenado por um docente da UFSM.

O referido projeto tem por finalidade promover ações de emancipação social e econômica para o fomento de um empreendimento de Economia Solidária, localizado na ocupação na Vila Schirmer-km 3 - Santa Maria - RS. O público alvo deste trabalho é composto por mulheres, de diversas faixas etárias, vinculadas ao grupo de trabalho Economia Solidária.

A Economia Solidária é a prática de produção, consumo e comercialização de produtos e serviços em que prevalece a participação coletiva e democrática, visando à autogestão, cooperação, solidariedade e a promoção do desenvolvimento econômico social.

Esta prática vem ganhando espaço de forma crescente no mercado de trabalho, contribuindo na geração de trabalho e renda, viabilizando poder de compra aos seus integrantes e apresentando-se como uma alternativa ao desemprego.

Os empreendimentos solidários permitem a construção de um pensamento coletivo, trazendo em sua formação princípios norteadores como a cooperação e a solidariedade, que contribuem para a tomada de decisões de forma conjunta, possibilitando uma forma de organização de trabalho distinta da dominante.

Dentre esta realidade, destaca-se o elevado índice de adesão feminina nos empreendimentos solidários no Brasil. Este fato tem como justificativa a dificuldade de inclusão e permanência dos trabalhadores no mercado formal de trabalho, entre estas mulheres.

Destaca-se ainda, o trabalho dos assistentes sociais junto aos empreendimentos econômicos solidários, viabilizando um olhar profissional sensível e crítico, que possibilita o auxílio na formação e no acompanhamento

dos grupos, tendo como ferramenta de intervenção a instrumentalidade, que tem como intencionalidade a busca da inclusão social e autonomia dos sujeitos.

A pesquisa junto à temática de Economia Solidária possui extrema relevância, já que possibilita o olhar acadêmico sobre a atuação profissional do Serviço Social nesse meio, buscando instrumentos que intervenham nas manifestações da Questão Social¹ e na ampliação das temáticas de pesquisa voltadas para o referencial trabalho e economia.

No que se refere à composição deste trabalho de conclusão de curso, o mesmo está constituído da seguinte forma: primeiramente apresenta-se o referencial teórico sobre o assunto, a fim de viabilizar ao leitor uma melhor compreensão do tema e do contexto envolvido no projeto, proporcionando meios para uma análise sócio-histórica e auxiliando na compreensão e contextualização do objeto.

Dentro do referencial teórico são abordados temas como a historização do mundo do trabalho e suas transformações a partir do final do século XIX, o cooperativismo na Europa, a Economia Solidária e sua implementação no Brasil, a atuação feminina no mercado de trabalho, assim como, a atuação da mulher junto a grupos de Economia Solidária. O referencial apresenta também, um relato histórico do Serviço Social no Brasil e sua atuação junto a empreendimentos solidários.

A fim de proporcionar uma maior compreensão da extensão universitária e do contexto que a compõem, o referencial teórico traz ainda, uma breve descrição do Programa de Extensão Universitária pertencente ao Ministério do Trabalho, assim como, a atuação da Universidade Federal de Santa Maria no apoio a extensão universitária, através da Pró-Reitora de Extensão e da Incubadora Social da UFSM.

¹ Segundo Iamamoto (1998, p.27) “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

Ao término será apresentado uma síntese da experiência junto ao projeto, descrevendo as atividades consolidadas e realizando uma reflexão de forma crítica, sobre o contexto apresentado e a experiência acadêmica.

PROCESSOS DE TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES A PARTIR DO FINAL DO SÉCULO XIX

A categoria trabalho, possui um papel fundamental na forma de organização da sociedade e na socialização dos indivíduos, pois é através desta que o ser humano se relaciona com a natureza e a transforma. O processo que compõem o trabalho é formado por um conjunto de atividades que se interrelacionam, transformando elementos de produção (matéria prima) em produtos e serviços e agregando a estes, valor de mercado.

Segundo Marx (1988), o processo de trabalho é constituído por três elementos: O primeiro é a atividade adequada a um fim, que seria o trabalho em si. O segundo é a matéria que se aplica ao trabalho – o objeto de trabalho. E o terceiro é composto pelos meios de trabalho, ou seja, o instrumental usado para o trabalho.

O processo de trabalho tem por finalidade a criação de valores-de-uso para o atendimento das necessidades humanas (PRATES, 2003). Os elementos que formam esse processo são compostos pelo próprio trabalho de execução e de concepção.

Historicamente as relações de trabalho vêm sendo constituídas de forma contínua, sofrendo alterações de acordo com meio e contexto sócio-histórico em que estão inseridas.

A partir de 1820, inicia-se a Revolução Industrial, um processo de transição através da introdução e intensificação de novos meios de manufatura, ocasionando a transformação gradativa do trabalho artesanal pelo maquinário. Este fato, ocasionou a extrema precarização das condições de vida dos operários, que em sua maioria, residiam em moradias sem água corrente e saneamento básico, o que facilitava a proliferação de doenças.

Posteriormente, em 1929 ocorreu a crise de 1929 em decorrência da quebra da bolsa de valores de New York. A crise causou amplas consequências na economia mundial, gerando altos índices de desemprego e precarização do modo de vida da classe trabalhadora. Segundo HOBBSAWM (1994, p.97) a

consequência básica da crise “foi o desemprego em escala inimaginável e sem precedentes e por mais tempo que qualquer um já experimentara”.

Esse processo teve como consequência a instrumentalização da economia de mercado e a amplitude da economia mundial, associada a Globalização. É necessário ressaltar, que a busca pelo uso de tecnologias avançadas no processo de fabricação, tem por fim, o objetivo de diminuir os custos e o tempo de produção e intensificação das mais-valias.

A terceira Revolução Industrial tem início durante a década de 70 do século XX e tem como principal característica, o uso de tecnologias avançadas no sistema de produção, dentre estas a química fina, biotecnologia, automação, microeletrônica, escalada espacial, robótica e a genética. Esse processo instauração de um novo modo fabril se dá devido a transição dos modelos de produção Taylorista² e Fordista³ ao Toyotismo, caracterizando-se pela adesão de distintas formas de produção. (GOERCK, 2006).

O Toyotismo tem como ponto principal o conceito da produção limitada, onde se produz somente o que é necessário para suprir a demanda de mercado, na busca de uma redução dos estoques e flexibilização da produção, intensificando na qualidade e na diversificação do produto.

No Brasil, essa transição no modelo de produção ocorre a partir da década de 70 e é intensificada posteriormente pela atuação de governos neoliberais, em um período reestruturação política, que viabilizou a implementação de ações voltadas ao livre comércio e a terceirização.

Essa passagem ocasiona mudanças qualitativas e quantitativas na vida dos trabalhadores, pois se tornam inseguros em relação ao mercado de trabalho e às formas de contratação. As relações de trabalho também foram alteradas.

²O Taylorismo é uma teoria por Frederick W. Taylor, que defende que a organização dos trabalhadores nas fábricas deve ser de forma hierarquizada e sistematizada, onde cada trabalhador deve desenvolver uma atividade específica no sistema produtivo da industrial sendo monitorado segundo o tempo de produção a fim de cumprir sua tarefa no menor tempo possível.

³ Fordismo é o modelo de produção automobilística, criado por Henry Ford em que consisti na ampliação de produção através da do aumento eficiência e baixo o preço do produto, resultando no aumento das vendas.

Buscam-se um perfil de trabalhadores mais qualificado e polivalente, aptos a trabalhar em mais de uma função. Na busca pelo acúmulo do capital, “o homem deve exercer na automação funções mais abstratas e intelectuais” (IANNI, 1999, p. 19).

A atuação estatal com base em ideias neoliberalistas, ocasionou diversas implicações no âmbito social, como a abertura de mercado interno para importações, a limitação de investimento em políticas sociais, o retrocesso dos direitos sociais adquiridos pela classe trabalhadora e enfraquecimento do movimento sindical.

O final do século XX apresentou elevados índices de desemprego no Brasil, decorrentes da falta políticas sociais, de investimentos na formação profissional e técnica, assim como, das limitações na contratação e inclusão dos trabalhadores no mercado formal.

O mercado formal não gerava expressiva demanda de trabalho, a ponto de absorver a força de trabalho disponível. Este fato ocorre por consequência da inclusão de inovações tecnológicas no meio fabril, que intensificam a produção e racionalizam os processos produtivos, assim como, a força de trabalho humana. A partir de 2002, com início do mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, uma série de alterações na estrutura social do Brasil se inicia como consequência da intervenção econômica estatal (em contrapartida ao governo antecessor), através da criação de políticas e programas sociais em diversas áreas.

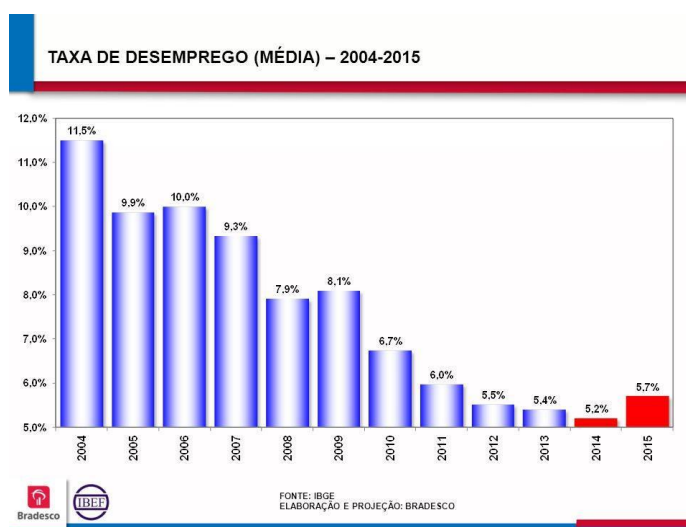
Durante esse período destacasse a elevação das taxas de crescimento de economia brasileira, ocasionadas por mudanças significativas que são resultantes da redução das taxas médias de desemprego; expansão do emprego assalariado formal; crescimento do emprego nos setores mais organizados da economia (inclusive nas grandes empresas e no setor público); elevação do valor do salário mínimo; intensificação do enfrentamento ao trabalho forçado e redução expressiva do trabalho infantil. (BALTAR, et al. 2010)

Além da ampliação dos índices de emprego formal, o governo Lula se destaca pela inclusão de políticas de incentivo e amparo a grupos de trabalho

informal, na busca ampliação de espaços laborais, assim como, de incentivo a inclusão econômica e social, incluindo a informal.

A partir de 2011, inicia-se o mandato presidencial de Dilma Rousseff. O mandato possui como uma das suas características principais a busca na continuidade das políticas sociais iniciadas no governo Lula, assim como, a ampliação das mesmas, com ambição de manutenção do crescimento socioeconômico no Brasil. Essa atitude tem como resultado a queda contínua e crescente dos índices de desemprego até o ano de 2014.

Gráfico I – Taxa média de desemprego (2004-2015).



O segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, iniciou-se em janeiro do ano de 2015 e transcorreu até maio de 2016. O período vivenciado se caracterizou por apresentar uma crise sociopolítica e econômica no Brasil. Influenciada pela crise econômica mundial e por diversos escândalos políticos no país, a crise trouxe como consequência o crescimento nos índices de desemprego a partir do ano 2015, influenciado pela estrutura mercantil vigente.

1.1 Cooperativismo e seu processo de historização na Europa.

O Cooperativismo surge entre o século XVIII e XIX, tendo como contexto econômico o liberalismo⁴, que visava a perspectiva de assegurar a liberdade

⁴ O Liberalismo apresenta-se como uma teoria antiestado. O aspecto central de seus interesses era o indivíduo e suas iniciativas. A atividade estatal, quando se dá, apresenta-se em aspecto reduzido e com função apenas de manutenção da ordem e segurança. (STRECK, 2006)

econômica aos indivíduos, principalmente a burguesia, através da não intervenção estatal e domínio de mercado.

Observando o contexto de surgimento do cooperativismo na Europa, dentro de uma análise sócio-histórica, destaca-se a intensificação no modo de produção a partir da revolução industrial, como meio desencadeador dessa nova forma de organização. O aumento da demanda operária fabril, a partir do final do século XVIII, fez com que grande número de indivíduos desloca-se para grandes centros urbanos, na busca de emprego e moradia próximos as grandes indústrias.

A falta de infraestrutura para receber esses novos moradores, trouxe como consequência uma série de problemas sociais, intensificando os déficits existentes e ampliando as demandas decorrentes da Questão Social. A grande demanda de operários fez com que as indústrias apresentassem, o que alguns autores denominam como “exército reserva” de trabalhadores, que facilitavam a troca, assim como, o descarte de mão de obra, caso o operário não se adaptasse as necessidades do modo de produção vigente.

Nesse contexto socioeconômico, o movimento cooperativista surge desde o seu princípio, como uma forma de reação dos trabalhadores ao sistema capitalista e seus processos produtivos. Os precursores do cooperativismo, alguns, tidos como Socialistas Utópicos, visavam uma sociedade mais igualitária, em que a organização e sistematização do trabalho estariam inspiradas em pressupostos valorativos, elaborando um projeto transformador da sociedade burguesa, sem a necessidade de fazer essa transição, através da luta de classes. (GOERCK, 2006).

Dentre esses diversos percussores, destaca-se Robert Owen (1771-1888). Owen revoltou-se contra a precariedade das condições e relações de trabalho existentes na Europa. Foi um dos primeiros a propor a diminuição da carga horária e a reinserção dos trabalhadores ociosos com a finalidade de ganharem e gastarem no consumo. Owen pensava que o sujeito era produto do meio social em que vivia e para modificá-lo, seria necessário transformar esse meio social, de forma pacífica e gradativa (PINHO, 1977).

Segundo Singer (2002) em 1815, nos EUA, Ower implanta a Aldeia Cooperativa. A partir dela surge a primeira Cooperativa Owenista por George Mudie. Demais empreendimentos surgiram com base nas ideias de Owen, dentre eles, destaca-se a Cooperativa de Rochdale, o banco de trocas de Proudhon e a implementação da cooperativa de consumo de Brighton.

A cooperativa de Rochdale, surge em 1844, a partir da organização de um grupo de trabalhadores que haviam sido demitidos na cidade de Rochdale. Os trabalhadores formaram uma cooperativa, dispostos a criar um novo modelo de cooperativismo. Para dar sustentabilidade ao novo modelo foram elaborados sete princípios que posteriormente foram nomeados como os princípios do cooperativismo. (GOERCK, 2006).

Segundo Singer (2002), o surgimento da Economia Solidária ocorre posterior ao Cooperativismo. Os princípios do cooperativismo são ainda empregados pelas cooperativas e imbuídos de uma nova filosofia que surge concomitantemente ao cooperativismo, a Economia Solidária.

1.2 Economia Solidária e sua implementação no Brasil

Para compreender o contexto sócio-histórico de implementação da Economia Solidária no Brasil é necessário destacar o cenário sociopolítico das últimas décadas do século XX. Durante esse período, apresentaram-se diversas alterações estruturais na organização e nas demandas fabris, ocasionando amplas transformações no processo de trabalho, intensificadas pela valorização de ideais neoliberais, produzindo implicações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Os elevados índices de desemprego ocasionam a incapacidade de acesso a renda através do mercado formal, impossibilitando o poder de compra dos cidadãos. Frente a este contexto, surgem alternativas de geração de trabalho e renda, vinculadas ao mercado informal, que podem viabilizar a subsistência aos sujeitos à margem da sociedade. Dentre estas, encontra-se a Economia Solidária.

O termo Economia Solidária foi cunhado na década de 1990, quando, por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. (LAVILLE, GAIGER. 2009).

Segundo o levantamento de dados realizado pela SENAES no ano de 2013, no estado do Rio Grande do Sul apresenta-se um total de 1696 empreendimentos solidários, subdividindo-se entre 648 empreendimentos rurais, 784 empreendimentos urbanos e 264 empreendimentos rurais/urbanos (DIEESEL, 2013)

Dentre os autores que pesquisam e trabalham com a temática da Economia Solidária, prevalece uma dicotomia de opiniões, divergindo entre o incentivo à área e a oposição a mesma.

Os autores que legitimam o incentivo ao tema, afirmam que a Economia Solidária é uma alternativa ao desemprego, apresentando princípios de cooperação, de solidariedade e autogestão, como uma alternativa ao modo de produção capitalista.

Segundo Singer, a Economia Solidária e as cooperativas surgem como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo. A Economia Solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização dos meios do capitalismo (SINGER, 2000). A Economia Solidária segundo esses autores, seria uma opção de inclusão no mercado de trabalho e acesso a renda.

Em contraposição a esses argumentos, os autores que se opõem a temática, afirmam que o apoio à Economia Solidária é uma forma manutenção de um trabalho informal precarizado, já que seus integrantes não teriam acesso a direitos trabalhistas e previdenciários por meio do vínculo aos empreendimentos.

Segundo MISSIO (2007), podem-se pensar nestas experiências solidárias ditas alternativas, como organismos que desempenham uma função estratégica dentro do próprio sistema capitalista, pois ao repassarem uma parcela (mínima) do crescimento econômico para a população excluída, que as mantém sob

controle, evitando que as mesmas (através da sua conscientização crescente) passem a demandar mudanças mais significativas, tanto na esfera econômica como nas relações sociais.

Em oposição ao tema, os autores afirmam ainda, que a Economia Solidária seria uma estratégia adotada pelo sistema capitalista para dar continuidade ao processo de acumulação.

Ao fazer uma crítica a argumentação de autores que legitimam a área, NEVES (2010), alega que as afirmações são apresentadas de modo superficial, observando os processos históricos e contemporâneos de transformação da sociedade capitalista, em particular a reestruturação da esfera produtiva de forma isolada.

Apesar de conter elementos como autogestão, auto-organização dos trabalhadores, sociedade de produtores livres, justiça social, entre outros, que apresentam-se vinculados historicamente às origens do socialismo moderno do século XIX. O conceito de Economia Solidária é cunhado na atualidade, nas duas últimas décadas do século XX, sob a marca da solidariedade indiferenciada transclassista, resultante dos processos de “desresponsabilização do Estado” (contrarreforma do Estado) e das transformações do capitalismo e das estratégias do capital no domínio de seu controle sobre o trabalho” (NEVES, 2010).

É dentre a contradição entre a viabilização ao acesso a renda através de uma organização de trabalho coletiva e autogestionária e a precarização do trabalho através da limitação de acesso aos direitos trabalhistas que a Economia Solidária se consolida.

Em meio essa realidade, a busca de alternativas de sobrevivência por parte da população, através de cooperativas populares, clube de trocas, recuperação de fábricas falidas entre outras, acarretou o surgimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs, Incubadoras Sociais ou ainda Incubadoras de Economia Solidária, que objetivam assessorar e incubar os empreendimentos de Economia Solidária, principalmente os de vulnerabilidade socioeconômica durante a década de 90 do século XX. (TANAKA, 2007).

Em 1996, surgiu à primeira ITCP, através da Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). Através desta iniciativa, sua repercussão gerou a busca de informações e fontes por diversos grupos e universidades, visando à construção de projetos similares. (TANAKA, 2007).

O conceito de incubadoras tem sua origem na década de 1950, nos Estados Unidos associado as incubadoras de empresas. Estas eram compreendidas como organizações que disponibilizavam assessoria a pequenos negócios, compartilhando serviços, equipamentos, espaços, treinamento e acesso a informações necessárias para inclusão no mercado de trabalho.

O fortalecimento das incubadoras de empresas contribuiu para criação das Incubadoras Sociais no Brasil. O processo de incubação é parecido com as incubadoras empresarias, porém a incubação é direcionada a empreendimentos coletivos e solidários e voltados aos segmentos populares de baixa renda.

No que se refere a atuação estatal junto a Economia Solidária, nos últimos anos os governos federal e estaduais relevante apoio a área. O número de programas de Economia Solidária aumentou de forma relevante em proporção aos anos anteriores. Esse aumento decorre do intercâmbio e fortalecimento das iniciativas e empreendimento, organizando-se de forma a consolidar o movimento de Economia Solidária.

Durante o governo Lula, a Economia Solidária recebeu amplo incentivo do governo federal, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES. A Secretaria criada em 2003, viabilizou apoio e ampliação a empreendimentos de Economia Solidária, fomentando sua criação e auxiliando seu acompanhamento.

Vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, a secretária desenvolveu diversas ações que objetivam o apoio aos grupos de Economia e Solidária através de programas criados a partir da própria secretaria ou se aliando aos já existentes de outras secretarias de forma transversal.

As incubadoras universitárias também receberam apoio do governo federal via SENAES, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, bem como pelo PRONINC, na busca de viabilizar o fomento das atividades de incubação e assessoria aos empreendimentos solidários.

Durante o governo Dilma foi mantido o apoio e o incentivo à SENAES, contribuindo para manutenção e amplitude das políticas e programas criados pela mesma, viabilizando assim, meios de solidificação do movimento de Economia Solidária, assim como, o crescente acesso ao incentivo das Incubadoras Sociais e empreendimento solidários.

1.3 A Atuação Feminina no Mercado de Trabalho

A inserção da figura feminina no mercado de trabalho tem como destaque o período da industrialização. No século XIX, com a consolidação do sistema capitalista através da revolução industrial, inúmeras mudanças ocorreram na produção e na organização do trabalho, intensificadas pelo desenvolvimento tecnológico e o intenso crescimento de maquinário, assim, boa parte da mão-de-obra feminina foi aderida no sistema fabril.

Durante esse período o trabalho feminino tornou-se mais acessível aos olhos dos empregadores, sendo aproveitado em larga escala, devido aos baixos salários destinados às mulheres. A ausência da intervenção estatal nas relações de trabalho, associada a um pensamento socioeconômico liberal, propiciava a desigualdade nas ações trabalhistas.

A inação do Estado sobre as relações de trabalho da mulher, omitia desigualdades vivenciadas pelas proletárias, como a não limitação da jornada de trabalho, as distinções na carga horária por gênero, a baixa remuneração, a insensibilidade diante da maternidade e as responsabilidades de amamentação e cuidado com os filhos.

Após a Segunda Guerra Mundial, a inserção feminina no sistema fabril volta a se intensificar devido à ausência de trabalhadores no período, já que grande número de homens haviam deslocando-se para as frentes de batalha. Com o término da guerra, muitos homens retornaram mutilados, o que os impossibilitou voltar ao labor habitual, com isso, grande número de mulheres assumiram o sustento familiar (BALTAR & LEONE, 2008)

No Brasil, após a Revolução de 1930, o Presidente Getúlio Vargas organizou os direitos trabalhistas, auxiliando na reestruturação do mercado de trabalho e contribuindo na ampliação de postos de trabalhos formais. Em 1930

foi criado o decreto lei nº 24.417, que abordava a situação das mulheres no mercado de trabalho. Porém, a adesão expressiva feminina nos postos fabris se deu após a década de 40, com o processo de industrialização e o aumento das siderúrgicas, petrolíferas, químicas, farmacêuticas e automobilísticas. De forma gradativa as mulheres foram ampliando seu espaço na economia nacional. O fenômeno foi ocorrendo de forma constante e progressiva (PROBST, 2005).

Durante a década de 50 do século XX, iniciam-se os primeiros movimentos feministas no Brasil, na busca da legitimação dos direitos da mulher. A partir da década de 60, o movimento feminista aderiu um caráter político, em meio ao autoritarismo e à repressão do regime militar dominante. O movimento apresenta-se como a resistência das mulheres à ditadura militar, por conseguinte, intrinsecamente associados aos movimentos de oposição, que lhe deram uma especificidade determinante.

Em 1988, a promulgação da Constituição Federal foi um grande marco para a proteção da mulher no mercado de trabalho, conferindo direitos e proteção à mesma, garantindo assim, uma nova etapa à mulher trabalhadora. Na Constituição Federal, foi autorizado à instituição da cidadania e dos direitos humanos para as mulheres brasileiras.

É relevante ressaltar que a história da mulher no mercado de trabalho, no Brasil, está sendo escrita com base, fundamentalmente, em dois quesitos: A queda da taxa de fecundidade e o aumento no nível de instrução da população feminina. Estes fatores vêm acompanhando, passo a passo, a crescente inserção da mulher no mercado e a elevação de sua renda. A redução da fecundidade ocorreu com mais intensidade nas décadas de 70 e 80. Os anos 90 já começaram com uma taxa baixa de fecundidade: 2,6% que cai para 2,3% no fim da década. Com menos filhos, as mulheres puderam conciliar melhor o papel de mãe e trabalhadora. (PROBST, 2005).

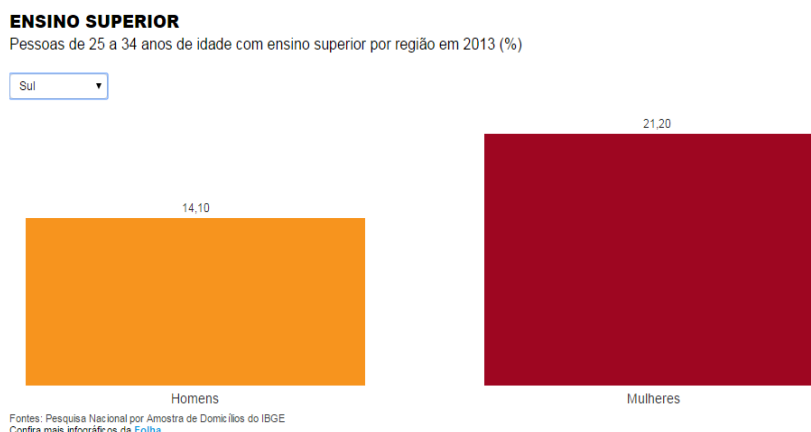
É notável também, o aumento representativo do número de mulheres inseridas no mercado de trabalho atual, inclusive com a conquista de cargos de chefias e outros até então inimagináveis, sob o ponto de vista de um contexto histórico. No entanto, as diferenças salariais ainda são gritantes, assim como, o

preconceito na inserção em profissões historicamente limitadas a atuação masculina.

No que se refere a formação profissional, as mulheres se destacam por sua diversidade e processos multifuncionais. Com a elevação dos níveis de escolaridade, e maior qualificação, facilita ainda mais sua entrada no mercado de trabalho. (AZEVEDO, FERNANDES & MENEZES,2000).

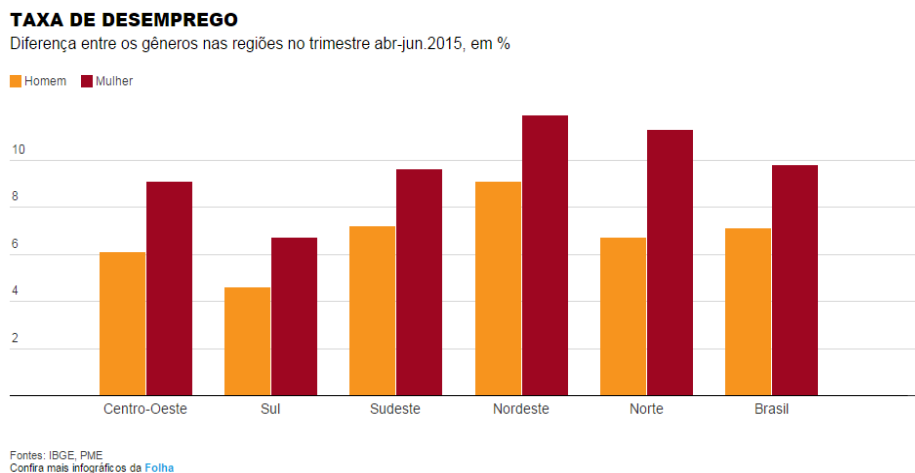
A pesquisa do IBGE de 2013 releva a elevada adesão de mulheres no ensino superior na região sul do Brasil, assim como, nos demais estados, superando de forma considerável os índices de adesão masculinos. Esses dados denotam a crescente busca feminina por instrução e inclusão no mercado de trabalho, buscando meios para sua autonomia econômica.

Gráfico II – Pessoas com ensino superior de 25 a 34 anos.



Entretanto a pesquisa do IBGE de 2015, revela uma elevada desproporcionalidade nas taxas de desemprego por gênero, revelando que mesmo com a busca crescente por maior escolaridade, a adesão feminina no mercado de trabalho ainda encontra limitações superiores as masculinas.

Gráfico III – Taxa de desemprego no ano de 2015.



Os alto índices de desemprego feminino, detonam um grande número de mulheres sem possibilidade de inclusão no mercado e conseqüentemente sofrendo as conseqüências socioeconômicas decorrentes do desemprego. Muitas dessas mulheres são responsáveis pelo sustento familiar e encontram no trabalho informal um meio de adesão ao mercado, conquistando os subsídios econômicos para seu sustento.

Os empreendimentos solidários apresentam-se como uma alternativa a esse grupo de mulheres que não estão inseridas no mercado formal, conquistando possivelmente por meio da Economia Solidária, o poder de compra para sua autonomia financeira.

Outro ponto relevante e positivo da adesão feminina nesses empreendimentos solidários é a flexibilidade dos horários de trabalho, facilitando na conciliação do trabalho, afazeres domésticos e cuidados familiares, que por muitas vezes ainda se encontram sobre resguardo da mulher.

Segundo a SENAES, no ano de 2013 foram mapeados 3.295 empreendimentos solidários na região sul do Brasil. No que se refere a atuação feminina, as mulheres compõem 32,8% dos grupos na Região Sul, o que delimita 277.442 mulheres atuantes em empreendimentos de economia solidários no sul do país (ACONTECE, 2013).

Tabela 1 - Quantidade de sócias/os nos EES – Região Sul

Sexo	Quantidade	%
Mulheres	135.216	32,8
Homens	277.442	67,2
Total	412.658	100,0

FONTE: SIES/BASE ATUALIZADA 2013.

O crescente número de mulheres buscando inclusão no mercado através de empreendimentos solidários, reafirma a possibilidade da Economia Solidária ser uma alternativa de geração de trabalho e renda viabilizando o processo de inclusão produtiva em contrapartida aos elevados índices de desemprego. Entretanto, a inserção da mulher junto a Economia Solidária acaba por legitimar a informalidade no trabalho feminino, aproximando-se da precariedade das condições de trabalho e a ausência dos direitos trabalhistas e previdenciários.

2. O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO SOCIAL

O Serviço Social atua na sua ação profissional, por meio do planejamento e viabilização de serviços, programas e políticas sociais, voltadas para o enfrentamento a desigualdades que originam as expressões da questão social. No decorrer de sua trajetória a profissão passou por diversas reformulações, buscando romper com o posicionamento positivista e conservador e apropriando-se de uma perspectiva crítica, na busca da construção de uma sociedade mais justa e democrática nos acessos aos direitos.

O termo questão social surge na segunda metade do século XIX, a fim de denominar o fenômeno da pauperização massiva da classe trabalhadora. Esse fato era uma analogia nova, já que pela primeira vez esse fenômeno crescia em relação direta com produção e acúmulo de riquezas (NETTO,2001).

A questão social expressa-se nas desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, permeando nas relações de gênero, étnicas-raciais e formações regionais, limitando o acesso de amplos segmentos da sociedade civil na promoção aos bens sociais. No decorrer das mudanças históricas e sociais das relações trabalhistas, a questão social foi recriando suas manifestações, surgindo em diferentes facetas, mas sempre permeada na associação da relação do capital-trabalho.

Sob uma nova roupagem e novas condições sócio-históricas na sociedade contemporânea, a questão social aprofunda suas contradições e assume novas expressões na atualidade, evidenciando a imensa fratura entre o desenvolvimento de forças produtivas e as relações que o sustentam (IAMAMOTO,2011).

O atual perfil da questão social encontra-se nas políticas governamentais, favorecendo a esfera financeira do grande capital produtivo, junto as instituições do mercado financeiro e empresas multinacionais. A estreita dependência entre a responsabilidade dos governos e a liberdade dada aos movimentos de capital concentrado, a fim de permitir a atuação sem regulamentações e controles, reconfiguram a questão social contemporânea (IAMAMOTO,2011).

Para compreender o Serviço Social como profissão e atuação junto a questão social é necessário observar o contexto histórico em que a profissão se constituiu e consolidou, buscando apreender a realidade profissional dos assistentes sociais e suas modificações no decorrer do tempo histórico.

O Serviço Social no Brasil tem suas origens na primeira metade do século XX. Neste período sua atuação profissional era fortemente influenciada por interesses burgueses, trazendo em seu âmago as raízes cristãs de assistencialismo. As assistentes sociais da época eram moças ricas e de famílias abastadas, que lidavam diretamente com proletariado, geralmente vinculados as empresas da própria família.

A partir dos anos 40 e 50 do século XX, o Serviço Social brasileiro deixa de receber influência europeia e passa ser norteado com base no Serviço Social norte-americano, apresentando na sua base teórica a forte influência da psicanálise, bem como, da sociologia de base positivista e funcionalista. Sua ênfase está na ideia de ajustamento e de ajuda psicossocial, atuando como um agente de controle social.

Essa influência é fruto de um processo mais amplo que envolve aspectos políticos, econômicos e culturais. O governo americano inicia uma série de investidas, buscando ampliar suas bases comerciais na América Latina. Assim, foram firmados alguns acordos, entre eles o intercâmbio do Serviço Social dos Estados Unidos com o Latino-Americano. Essa experiência provocou uma alteração na prática profissional, pois incorporou as técnicas de caso, grupo e comunidade. (SANTOS, 2015)

Na América Latina, durante a segunda metade do século XX, surge o movimento de reconceituação transformando antigos conceitos com base conservadora em um novo viés sociopolítico. O movimento de reconceituação questiona o papel dos assistentes sociais no processo de superação da condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos, aproximando o Serviço Social da vertente marxista e afastando do ideal positivista americano. Por influência Latino-Americana o Serviço Social brasileiro inicia um processo de reformulação conceitual que se prolongará por pelo menos por três décadas, tendo seu apogeu de 1965^a 1973.

A partir do movimento de reconceituação o Serviço Social deixa suas bases filantrópicas e passa a ser uma das engrenagens no combate as refrações

da questão social, atuando no planejamento e execução das políticas públicas. No mesmo período surgem elaborações teórico-práticas que se desdobraram e romperam com a hegemonia do conservadorismo da profissão, compreendendo a atuação profissional de forma ampla, com foco coletivo e sociopolítico.

A partir de então, o Serviço Social passa a ter a questão social como base de fundamentação e objeto de trabalho. O conceito de questão social está diretamente associado ao modo de produção capitalista, assim como as desigualdades decorrentes desse sistema. A fim de intervir nas manifestações da questão social, o Serviço Social passa a atuar por meio da prestação de serviços sócio-assistenciais, com metodologia definida e um referencial político consciente.

Reafirmando valores do projeto ético-político, em 1993 é estabelecido o Código de Ética Profissional, tendo como pontos centrais norteadores a liberdade, da autonomia e da emancipação, além da plena conquista dos direitos sociais, da defesa intransigente dos direitos humanos, contrário ao autoritarismo e qualquer tipo de arbítrio. Tais princípios estão intimamente ligados à Lei 8.662 de 1993 que regulamenta a profissão de assistente social e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 (SANTOS, 2015).

Juntos, esses aparatos jurídicos dão base legal para a constituição do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, determinando e fundamentando a formação e o trabalho profissional do assistente social.

2.1 Serviço Social e empreendimentos solidários

Durante anos, o Serviço Social brasileiro delimitou a atuação profissional em três métodos distintos, baseados nos conceitos norte-americanos de: Caso, grupo e comunidade. Com o movimento de reconceituação profissional, durante a segunda metade do século XX, iniciou-se um complexo processo de renovação dos aportes teórico–metodológico, técnico-operativo e ético-político, revisando os conceitos associados a uma lógica conservadora e permitindo a adesão de um olhar sociopolítico a profissão.

As atividades coletivas desenvolvidas originalmente pelo assistente social eram utilizadas para atender a sintomas provocados por uma estrutura social em mudança, com base em conceitos conservadores, onde o Serviço Social atuava

com a função de contribuir com a manutenção da continuidade estrutural, buscando ajustar casos de disfunções sociais. Sua ação profissional visava readaptar indivíduos com desajustamentos familiares e sociais, decorrentes de estruturas sociais inadequadas, intervindo através de dimensões corretivas e promocionais (MOREIRA,2013).

Após o movimento de reconceituação, a utilização de abordagens coletivas toma outro significado. O assistente social utiliza-se de espaços de intervenções grupais para aproximação de indivíduos em uma mesma atividade social, dirigida por um ou mais profissionais, com objetivos e metodologias definidas, a fim de intervir na realidade dos sujeitos em contrapartida as manifestações da questão social.

As intervenções em grupo que antes possuía uma finalidade corretiva, agora são utilizadas como um instrumento profissional de comunicação oral, envolvendo um coletivo de pessoas, que buscam conciliar em torno da identificação das demandas, o elenco das prioridades, a coleta de dados, além de propiciar um espaço de reflexão sobre o cotidiano e as formas de enfrentamento das situações apresentadas, favorecendo a troca de experiências e possibilitando vivenciar relações horizontais e mais solidárias (MAGALHÃES,2003).

Através da abordagem coletiva, o assistente social tem a oportunidade de identificar e de intervir junto as demandas, desenvolvendo a escuta sensível e uma atitude investigativa, permitindo assim uma aproximação da realidade e acolhendo os usuários com dificuldades semelhantes.

A atitude investigativa consiste numa postura inquieta e curiosa, visando a superação da visão pragmática na ação profissional e da atuação com base em uma análise imediatista dos fatos, possibilitando o comprometimento do assistente social com a qualidade dos serviços prestados à população usuária. (FRAGRA, 2010). A ausência da atitude investigativa, muitas vezes ocasiona a estagnação do aprendizado profissional, limitando a compreensão dos fatos e as relações envolvidas.

Através de um olhar crítico e interventivo, com base nos conhecimentos teóricos–metodológicos adquiridos em sua formação profissional, o assistente social atua junto aos empreendimentos de Economia Solidária, atuando por meio

de ações individuais e coletivas, a fim de possibilitar através de uma atitude investigativa.

A atuação do assistente social junto a empreendimentos solidários, possibilita o fortalecimento dos vínculos sociais, proporcionando um espaço de pertencimento social e valorização da cidadania no contexto em que está situado, tornando possível o diálogo sobre as políticas públicas e sua relação com o cotidiano vivenciado.

A aproximação e o fortalecimento de laços entre os integrantes, possibilita a construção de um pensamento coletivo, onde os integrantes de forma gradativa, vão se desfazendo de uma lógica individualista e agregam valores de autogestão e solidariedade entre eles, na busca da consolidação do empreendimento.

O assistente social atuando nesses espaços, possibilita a solidificação do pensamento coletivo, a fim proporcionar um ambiente de debate inclusivo e político, viabilizando a compreensão dos integrantes como indivíduos ativos no meio social.

A intervenção coletiva, possibilita ainda o acercamento de temas pertinentes a realidade dos integrantes, permitindo meios de uma maturação sociopolítica através do debate e dinâmicas grupais. Dentre estes temas, podemos destacar a educação popular, emancipação feminina, debates de gênero e inclusão social, atitude e ética profissional, entre outros.

Outro benefício decorrente da inclusão do pensamento coletivo é o sentimento de pertencimento do espaço e da comunidade envolvida, onde os empreendimentos torna-se, por vezes, uma representatividade na comunidade incluída, aderindo causas além do fim de retorno econômico e incentivando a criação e o crescimento de empreendimentos já existentes.

O compromisso ético-político dos profissionais de Serviço Social consiste na ampliação e consolidação da cidadania. Esta é considerada tarefa primordial de toda a sociedade com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras, e revela-se como um dos princípios fundamentais a serem operacionalizados pela profissão (CFESS, 1993).

A partir da lógica coletiva e do fortalecimento dos laços do grupo com a comunidade, o assistente social tem a possibilidade de construir elementos de

aproximação do grupo a movimentos sociais, associação de moradores e organizações populares, fortalecendo valores existentes no empreendimento.

O ato profissional de aproximação dos usuários a movimentos sociais e organizações populares é um direito do assistente social, assegurado no código de ética profissional no artigo 13b, onde afirma que é direito do assistente social “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”. (CFESS,1993)

Outro ponto relevante a ser destacado é a utilização da instrumentalidade para viabilizar encaminhamentos pertinentes as políticas sociais existentes, assim como, a rede assistencial. Através da instrumentalidade, o assistente social tem propriedade de dispor de aportes, que buscam oportunizar o acesso dos usuários aos seus direitos legítimos, como moradia, alimentação, saúde pública, assistência social, educação, saneamento básico, entre outros.

O profissional em Serviço Social tem a possibilidade de realizar o acercamento do empreendimento a espaços de formação externos, como cursos técnicos, fóruns de debate, seminários, feiras, visitas técnicas, assim como, a busca por assessorias e espaços inclusivos (muitas vezes disponibilizados junto as universidades locais) em áreas que possam contribuir para desenvolvimento do empreendimento como comunicação social, marketing, psicologia, engenharia de produção, direito, entre outros.

Através da multidisciplinaridade, a ação profissional do assistente social ganha caráter de ascensão, viabilizando a associação de diversos conhecimentos técnicos, a fim de contribuir com a emancipação individual e coletiva dos envolvidos.

2.2 As incubadoras sociais e o processo de incubação.

Para compreender a organização e os objetivos das incubadoras sociais é necessário entender a lógica e a história que as origina. As incubadoras sociais têm como base o modelo das incubadoras empresariais, no entanto, fundamentam-se em valores sociais e princípios distintos.

O conceito de incubadoras de empresas tem sua origem na década de 1950, nos Estados Unidos. Na época as incubadoras de empresas eram

compreendidas como organizações que disponibilizavam assessoria a pequenos negócios, compartilhando serviços, equipamentos, espaços, treinamento e acesso a informações necessárias para inclusão no mercado de trabalho. A partir das últimas décadas do século XX, as incubadoras de empresas ganharam visibilidade no Brasil, apoiadas por centros universitários (CORDEIRO, 2003).

O fortalecimento das incubadoras de empresas contribuiu para criação das Incubadoras Sociais Brasileiras. O processo de incubação é parecido com as incubadoras empresarias, porém a incubação é direcionada a empreendimentos coletivos e solidários e voltados aos segmentos populares de baixa renda.

É importante ressaltar que as incubadoras sociais surgem no Brasil na década de 90 do século XX, permeando um contexto de um governo com base em ideias neoliberais, com limitado investimento em políticas sociais, carência de políticas de proteção ao trabalhador e crescente nível de desemprego. Neste sentido a Economia Solidária, ganha espaço possibilitando uma alternativa ao desemprego formal, em um ideal de trabalho coletivo, solidário e autogestionário, contrapondo à lógica de produção capitalista.

O conceito de incubadora social foge do modelo de desenvolvimento econômico tradicional, agregando valores como o desenvolvimento social e a valorização das relações sociais envolvidas, aproximando a universidade à comunidade local de forma pró-ativa, através do conhecimento técnico e acadêmico, afim de auxiliar a formação profissional dos alunos envolvidos, propiciando a contextualização da teoria adquirida. (BEZERRA, CARVALHO, SILVA, 2014).

Além destes benefícios citados, as Incubadoras Sociais oportunizam a criação de novos grupos autogestionários e cooperativos, criando oportunidades para o surgimento de novos empreendedores sociais, capacitando e construindo condições para a construção e aprimoramento de tecnologias sociais sustentáveis, a fim de propiciar o fomento no desenvolvimento local e regional.

A metodologia de incubação consiste em três eixos básicos, a pré-incubação que busca delimitar quais são as condições socioeconômicas e culturais dos grupos envolvidos, contemplando uma pesquisa de diagnóstico do cenário em que se encontra o público a ser beneficiado pelo projeto. A segunda

etapa é a fase de incubação, caracterizando-se por um acompanhamento mais próximo por parte da incubadora junto aos grupos incubados, capacitando os empreendedores através de workshops, oficinas, palestras e consultorias com o devido monitoramento das ações. E por fim o período de pós-incubação, momento em que os empreendimentos começam a se emancipar da necessidade contínua de assessoria. (FREITAS; DIAS, 2009).

A atuação do assistente social permeia todas etapas de incubação, utilizando-se da instrumentalidade e do arcabouço teórico, técnico e ético-político adquirido em sua formação profissional, para intervir na realidade apresentada, a fim de amenizar as manifestações da questão social junto a instituição e aos empreendimentos envolvidos.

Durante o período inicial, onde ocorre a pré-incubação, a ação profissional do assistente social é voltada para compreensão da realidade apresentada, com base na observação sensível e crítica e permeando uma atitude investigativa. Para da compreensão da realidade dos sujeitos envolvidos e das relações sociais a eles vinculadas, o assistente social utiliza-se da instrumentalidade para delimitar as possíveis ações e encaminhamentos a serem tomados.

Um dos diversos instrumentos utilizados pelos profissionais durante esse período é a entrevista, através da aplicação de um questionário com questões predeterminadas, em que busquem captar as demandas e as manifestações da questão social, com que questões imparciais e respeitando a individualidade do usuário.

A partir da análise técnica do assistente social, diversas ações serão encaminhadas dentro do processo de incubação, não só pela equipe de serviço social, mas pelos profissionais de diversas áreas envolvidos, que buscam através da compreensão dos aportes teórico-metodológicos do Serviço Social, meios de intervenção coerentes no processo.

No segundo período da incubação social, o profissional de serviço social busca intervir de acordo com as demandas observadas, afim de buscar ações que anseiem a autonomia e a consolidação do empreendimento, assim como, a viabilização de melhores condições de vida e o asseguramento dos direitos legais pertinentes aos envolvidos.

Durante o referente período, serão realizadas ações de formação técnica, encaminhamentos a rede, acesso as políticas sociais existentes e assessoria

das mais diversas áreas, a fim de possibilitar a inclusão no mercado de trabalho. São realizadas ainda, ações para formalização do empreendimento, a fim buscar direitos legais a ele pertencentes e conquistar espaços de venda e exposição dos produtos, além de feiras e espaços informais.

O assistente social, no trabalho de incubação e assessoria aos empreendimentos da Economia Solidária deve ter como intencionalidade o fortalecimento das experiências e a autonomia dos sujeitos envolvidos. É dever do assistente social, nas relações com os usuários, de acordo com o Código de Ética, contribuir para a viabilização da participação dos usuários nas decisões institucionais. (GOERCK, CELSO, ALVES,2013).

Assim, o trabalho no processo de incubação e assessoria aos empreendimentos deve respeitar as decisões dos sujeitos, bem como conciliar o saber popular e o saber técnico científico. Através da atuação profissional o assistente social atua no apoio aos empreendimentos econômicos e solidários em resistência às manifestações da questão social.

3.A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA JUNTO A ECONOMIA SOLIDÁRIA

3.1 Universidade Federal de Santa Maria

A Universidade Federal de Santa Maria é uma instituição de ensino superior pública e federal, fundada no dia 14 de dezembro de 1960, pelo professor José Mariano da Rocha Filho, que possui sua sede em Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul. São ofertados 89 cursos de graduação em Santa Maria, 9 em Frederico Westphalen, 7 em Palmeira das Missões, 6 em Silveira Martins, 5 em Cachoeira do Sul, além de 12 cursos de graduação na modalidade EAD.

A UFSM tem como missão construir e difundir conhecimento, comprometida com a formação de pessoas capazes de inovar e contribuir com o desenvolvimento de toda a sociedade de modo sustentável (Plano de Gestão 2014/2017).

A finalidade da Universidade consiste em produzir conhecimento científico direcionado ao desenvolvimento da sociedade de forma proativa. Por intermédio de seu Plano de Gestão 2014/2017 que objetiva orientar o desenvolvimento institucional, elaborou linhas estratégicas que servirão de elo entre as diversas áreas de atuação da Universidade e a sua missão, visão e valores.

Entre essas linhas está o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão com foco na inovação e na sustentabilidade, tendo entre as suas finalidades buscar o estímulo ao desenvolvimento de projetos e ações alinhados com o contexto da sustentabilidade nas dimensões social, ambiental, cultural e econômica e também em outras dimensões que respeitem a identidade das diversas áreas de atuação da Instituição.

A Pró-Reitoria de Extensão da UFSM atua através de diversos projetos e programas a fim de fortalecimento da relação Universidade-Comunidade por meio de ações extensionistas inovadoras, que contribuam para a formação integral e o desenvolvimento sustentável, em consonância com uma sociedade plural e democrática. Sua missão consiste em articular os diversos

conhecimentos por meio de ações extensionistas junto à comunidade, gerando soluções para o desenvolvimento regional sustentável. (PRE, 2016).

Buscando uma maior convivência com a realidade fora do campus, a Pró-reitora anseia a integração com o meio onde está inserida, visando o desenvolvimento de sua região e comprometendo-se com a realidade social da qual faz parte, propondo-se a manter, produzir e renovar conhecimentos e proporcionando uma educação formativa e permanente à população

Baseada em princípios como a pluralidade, respeito, transparência, sustentabilidade, equidade e justiça, a Pró-reitora contribui de forma significativa no apoio e gerenciamento dos programas e projetos de extensão da UFSM.

No que se refere a equipe técnica e seus componentes, no ano de 2016 a Pró-Reitoria de Extensão tem como Pró-Reitora a Professora Teresinha Heck Weiller e o professor Ascisio dos Reis Pereira como Pró-Reitor Adjunto e coordenador de eventos e difusão cultural. A equipe conta também com um coordenador de ações regionais e inovação, dois administradores, três técnicos em assuntos educacionais e oito bolsistas. (PRE, 2016).

Dentre os programas vinculados ao governo federal que buscam o incentivo a extensão universitária, encontra-se o PROEXT-MEC atuando como um instrumento que abrange programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na formação de alunos e na inclusão social, visando aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior.

Criado em 2003, durante o governo Lula, o Programa de Extensão Universitária - PROEXT compõem hoje um dos programas do Ministério da Educação, juntamente com Programa Universidade para Todos – PROUNI e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC.

O programa tem como objetivo apoiar as Instituições Públicas de Ensino Superior no desenvolvimento de programas e projetos de extensão, que contribuam para a implementação de políticas públicas e o fortalecimento da extensão universitária (MEC, 2016).

O PROEXT visa através da extensão, potencializar e ampliar os patamares de qualidade da extensão universitária na formação, estimulando o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, bem como a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior (MEC,2016).

O programa tem por objetivo ainda a contribuição da melhoria na qualidade de educação brasileira, por meio do contato direto dos estudantes extensionistas com a realidade proporcionando a troca de saberes acadêmicos e populares.

No governo do atual presidente Michel Temer, o PROEXT continua em execução, no entanto, o programa tem sofrido limitações de acesso devido a diminuição do investimento na educação pública.

3.2 Incubadora Social da UFSM

A Incubadora Social da UFSM é um projeto de extensão, criado em 2012 e tem por objetivo atuar como elo entre a universidade e a comunidade oportunizando a criação de novos empreendimentos autogestionários e cooperativos e viabilizando meios para o surgimento de novos empreendedores sociais. A incubadora visa ainda estimular o comportamento empreendedor da comunidade universitária, potencializando condições para o desenvolvimento e aprimoramento das tecnologias sociais sustentáveis e capacitando empreendedores sociais quanto à gestão dos empreendimentos. (UFSM, 2012).

Visando assessorar experiências de Economia Popular Solidária, agroindústrias familiares e projetos culturais, a incubadora abriga projetos e empreendimentos sociais que se baseiam na cooperação, autogestão e inovação, a fim de apoiar o desenvolvimento e proporcionar condições necessárias para que os empreendedores sociais e grupos com experiências coletivas de trabalho consigam se inserir no mercado de trabalho.

Através dos serviços de incubação são viabilizados três tipos de serviços aos empreendimentos. O primeiro é o acesso a rede internet, laboratorial, consultoria técnica e bibliográfica, O segundo são serviços em geral de secretaria, limpeza de áreas comuns e vigilância e pôr fim a consultoria e

assessoria em gestão técnica, administrativa e operacional do processo de incubação. (UFSM, 2012).

Além dos serviços básicos, a Incubadora social desenvolve atividades voltadas para a orientação dos empreendimentos incubados, visando facilitar o acesso à capacitação, seminários e palestras e facilitando sua participação em feiras, redes ou ações de cooperação, através da busca em proporcionar visibilidade aos empreendimentos.

No contexto atual, em decorrência da adesão do governo Temer, o PROEXT assim como outros programas, estão sofrendo corte de gastos devido à crise econômica e a atuação estatal neoliberal. No entanto, o programa continua dando atividades as suas ações.

3.3 Projeto de Extensão: Alternativas de trabalho, renda e cidadania para grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica

Durante o ano de 2014, foi desenvolvido um projeto de extensão junto a UFSM, denominado: alternativas de trabalho, renda e cidadania para grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica. O projeto é um projeto de extensão universitária, desenvolvido através da pró-reitora de Extensão da UFSM.

O projeto foi coordenado pelo Professor do Departamento de Serviço Social da UFSM, teve como objetivo a incubação de empreendimentos de Economia Solidária, localizados na ocupação denominada Estação dos Ventos no KM 3 da Vila Shirmmer no município de Santa Maria/RS, tendo como intencionalidade atingir e manter a viabilidade Socioeconômica e organizativa do grupo.

Com apoio do PROEXT-MEC, o projeto buscou promover ações de emancipação social e econômica auxiliando o grupo, composto essencialmente por mulheres de diferentes faixas etárias, que através do artesanato e de atividades de corte e costura construíram uma nova realidade local. O projeto beneficiou inúmeras famílias que vivem em situação de risco social na comunidade.

O grupo está localizado na denominada ocupação Estação dos Ventos, no km 03 da Vila Schirmmer de Santa Maria. Em 17 de julho de 2001, cerca de 290 famílias, organizaram-se para ocupar terras abandonadas pelo governo federal, pertencentes a antiga Viação Férrea do Rio Grande do SUL- VFRGS. A invasão possui 400 famílias que vivem em zonas de alagamento e sem rede de água e esgoto adequada. Grande parte dos moradores trabalham como catadores ou em atividades insalubres. (GAVIRAGHI, 2014)

Este projeto estava relacionado com as ações da Incubadora Social da Universidade Federal de Santa Maria - IS/UFSM, que tem como objetivo o desenvolvimento de ações de incubação e potencializar a geração de tecnologias sociais.

No que tange as ações previstas no projeto, estabeleceu-se uma ordem cronológica de atuação para melhor desenvolvimento das atividades: Primeiramente, visou-se a implantação do projeto abrangendo estudos voltados para o tema e qualificação da equipe, onde se agregou nesse processo um estágio de vivência em outra incubadora social.

Em um segundo momento desenvolveu-se a apresentação do mesmo aos sujeitos participantes do empreendimento, além da construção e organização da agenda de atividades desenvolvidas.

Na terceira etapa teve por finalidade capacitação, potencialização e o desenvolvimento das habilidades específicas dos participantes de acordo com seus papéis no grupo e importância no processo produtivo, com a finalidade de qualificar os produtos da fase buscou-se articular ações com a assessoria técnica da Incubadora Social.

A quarta produtos fase buscou-se articular ações com a assessoria técnica da Incubadora Social para a formulação do estatuto e regimento interno do empreendimento, bem como, a sua legalização. (GAVIRAGHI, 2014)

Dentre as atividades executadas destacam-se: Curso de corte costura e técnicas de manipulação de tecidos, curso de técnicas de artesanato em geral, viagens técnicas visando a troca de experiências com outros grupos de economia solidária, capacitação para processos criativos (criação de novos

produtos); treinamentos em informática e recursos midiáticos e diversas ações de formação para a equipe de bolsistas do projeto.

Por fim, a última etapa teve como intuito possibilitar a participação em feiras e eventos de comercialização, buscando formalizar parcerias para comercialização e divulgação dos produtos. (GAVIRAGHI, 2014).

3.4 Síntese da Experiência

Através da realidade constatada por meio da experiência junto ao projeto, observou-se diversos pontos a serem salientados, dentre eles, destaca-se a questão de gênero, já que o empreendimento apresenta uma composição exclusivamente feminina.

O grupo é constituído por mulheres em situação de vulnerabilidade social, de diferentes faixas etárias. Muitas delas, além das atividades junto ao empreendimento, são responsáveis pelo trabalho doméstico e o cuidado com os filhos. Algumas atuavam ainda, com trabalhos temporários para sustento do lar e auxílio da renda familiar.

As limitações de tempo, decorrentes das responsabilidades assumidas com o cuidado da família e do lar, dificultavam o acesso ao mercado formal, que exige dedicação de turno integral. Em função deste fato, muitas integrantes encontraram através da Economia Solidária, uma possibilidade de inclusão no mercado e de acesso à renda, tendo a liberdade de optar por seus horários de trabalho e conciliar suas demais atividades.

A flexibilidade com as exigências nas relações de trabalho é outra característica construtiva relatada pelas integrantes, tal característica é decorrente da autogestão e da solidariedade presente nos grupos Economia Solidária.

É necessário destacar que a ideia do trabalho aos moldes formais ainda é muito presente no inconsciente coletivo em geral. A referência de uma atuação de forma individual, onde cada funcionário faz uma parte de um processo, sem ter consciência do trabalho como um todo e da inter-relação com os demais trabalhadores, delimita o molde de trabalho predominante como o único possível.

A compreensão de uma forma de trabalho coletiva, organizada com equidade nas decisões grupais e autogestionária é um referencial novo e que por vezes deve ser construído de forma gradativa. Pensando neste fato, foram realizadas diversas abordagens coletivas junto ao empreendimento, trazendo como foco a Economia Solidária e sua organização coletiva, visando à consolidação dos princípios que a compõem.

Dentre as abordagens, foram utilizadas dinâmicas grupais, rodas de conversas, filmes, participações em eventos e palestras. As abordagens coletivas, tem como fim, fortalecer os laços de cidadania e cooperação, visando a consolidação de uma lógica coletiva em detrimento da individualista, na busca de um debate inclusivo e de pertencimento social.

Segundo a Lei de Regulamentação da Profissão, de 7 de junho de 1993, compete ao assistente social: orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos (CFESS, 1993b).

As atividades em grupo trouxeram resultados significativos na forma de organização grupal e nas relações com as demais integrantes, sobrepondo a ideia da coletividade nas decisões a serem tomadas e fortalecendo os laços entre si, através da autogestão, cooperação e solidariedade.

A consolidação do empreendimento ocorreu de forma gradativa durante o andamento do projeto. O grupo tornou-se uma referência entre as integrantes e a comunidade em geral, sendo conhecido e respeitado pelos demais. Dentre o histórico de algumas componentes, encontram-se diversas formações sociopolíticas, através de lideranças comunitárias, associações de moradores e movimentos em busca de direito à moradia.

O empreendimento está localizado aos fundos de uma creche comunitária, construída por uma das componentes, junto a sua casa. Durante o período do projeto, a creche apresentava-se interditada pela prefeitura, devido às limitações na estrutura física, decorrente da falta de investimento municipal. É necessário salientar que está é a única creche da região e sua inação afeta grande número de famílias, inclusive as das integrantes.

As limitações de infraestrutura local, consolidam um modo de vida precarizado, onde apresenta-se ausente as condições de vida básicas para bem-

estar dos sujeitos. Nesta realidade apresenta-se de maneira clara as manifestações da questão social, onde a sociedade civil, em decorrência da inação do Estado, acaba assumindo seu papel do mesmo para suprir uma demanda da comunidade.

A localidade apresenta diversos problemas de estrutura física e saneamento básico. Por ser uma região com nivelção inferior, sofre recorrentemente com enchentes durante os períodos de chuvas, deixando grande número de desabrigados.

Durante esses eventos, notou-se o fortalecimento de laços e da solidariedade do grupo entre si e com comunidade, tornando-se uma referência de apoio aos demais, abrindo o espaço físico do grupo para acolher as famílias desabrigadas com as enchentes.

Outro ponto a ser destacado é a formalização do empreendimento. A formalização ocorreu através do registro jurídico enquanto associação, possuindo assim um CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas). Através da formalização, o empreendimento tem possibilidade de adesão a diversos benefícios, dentre eles, o acesso a determinados espaços de comercialização formais e linhas de crédito.

Entre as principais atividades desenvolvidas no projeto estão as formações e qualificações da equipe técnica, entre docentes, servidores e acadêmicos. As qualificações ocorreram por meio de viagens de estudos, apresentações de trabalhos em eventos locais e países vizinhos, grupos de estudos, sistematização de experiências e um estágio de vivência em outra universidade de referência na temática.

É necessário salientar ainda, que a vivência através da extensão universitária teve um papel significativo na formação acadêmica dos bolsistas, possibilitando o entendimento prático da atuação profissional, ampliando a referência teórica adquirida na academia e permitindo uma maior compreensão através dos exemplos vivenciados.

A interdisciplinaridade na constituição da equipe técnica possibilitou uma diversidade nas formações, cursos e assessorias viabilizados ao empreendimento, possibilitando uma amplitude de conhecimento e melhorias no produto. Além do apoio da equipe técnica, o projeto viabilizou formações e qualificações dirigidas por profissionais externos ao projeto, visando debates

inclusivos e acesso a conhecimento técnico para o alcance de melhores condições de trabalho.

Entre as diversas formações e assessorias viabilizadas, encontram-se um curso de informática, corte e costura, formação e assessoria administrativa e mercadológica, recursos midiáticos, marketing, capacitação para processos criativos, minicursos sobre ética, planejamento e gestão da produção, comercialização e divulgação dos produtos.

Foi realizado também, com apoio de profissionais da comunicação social, a criação de uma identidade visual do empreendimento, bem como, visitas técnicas a outras incubadoras e empreendimentos solidários. Ocorreram ainda, participações em feiras locais.

A Questão Social se faz constantemente presente na realidade apresentada, tornando-se um amplo campo de trabalho para o assistente social. Os encaminhamentos para a viabilização aos direitos sociais e acesso as políticas públicas existentes, foram algumas das atividades realizadas prela equipe de Serviço Social junto ao empreendimento, agregando na formação dos acadêmicos em Serviço Social, identificando com maior clareza as atribuições privativas e as competências do profissional.

Após o término das atividades, foi elaborado o relatório final, onde se constatou que o projeto obteve resultados positivos dentro dos objetivos propostos. O projeto viabilizou ações de inclusão produtiva ao empreendimento e contribuiu com o desenvolvimento da comunidade local de forma indireta, auxiliando o fortalecimento do grupo e viabilizando meios para a conquista da emancipação socioeconômica das integrantes.

3.5 Desafios e Possibilidades

Durante o período de vivência na extensão universitária, foi possível observar e compreender diversos elementos da atuação do profissional do Serviço Social, junto ações coletivas e a empreendimentos de economia solidária, com base nos conceitos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. A fim de analisar a ação profissional do assistente social nestes espaços, torna-se necessário destacar alguns destes elementos, na busca de um diálogo propositivo sobre a temática.

Inicialmente é relevante salientar a contribuição de ações coletivas aos usuários com objetivos e demandas semelhantes, a fim de proporcionar à inserção a comunidade que está incluso.

A identificação com os elementos presentes na retórica alheia, proporciona um sentimento de representatividade, compreendendo que suas inseguranças pessoais não se baseiam em demandas individuais, mas necessidades coletivas. A aproximação coletiva buscando um objetivo comum, tende a ocasionar um sentimento de pertencimento à comunidade em que está incluso.

A representatividade ocorre também com a comunidade local, ao observar a unificação do empreendimento, permeado por valores e princípios presentes na Economia Solidária, como a solidariedade e a autogestão. A identificação ocasiona, por vezes, um interesse em adesão a empreendimentos locais e/ ou a criação de novos empreendimentos na comunidade.

A construção de um pensamento coletivo em detrimento a lógica individualista, proporciona um espaço consistente para o debate crítico. Cabe ao assistente, utilizando-se da instrumentalidade pertinente à ação profissional, propor o diálogo coletivo, sobre diversos temas sociopolíticos que permeiam a realidade dos usuários, visando à emancipação social.

A aproximação e o contato contínuo do assistente social com os usuários, através das atividades em grupo, possibilita a proximidade do profissional com os integrantes e conseqüentemente das demandas sociais por eles apresentadas, levam a observação com maior clareza das manifestações da questão social.

A proximidade permite ainda, a facilitação do diálogo e encaminhamento as políticas sociais existentes, fortalecendo os de confiança entre o assistente social e os usuários.

Outro ponto relevante a ser associado à conscientização coletiva é o diálogo sobre a emancipação feminina. Ao conquistar o acesso à renda, por meio do trabalho junto empreendimento solidário, as usuárias conquistam certa autonomia, possuindo poder de compra.

O diálogo sobre emancipação não se limita apenas à questão econômica. A possibilidade de uma intervenção coletiva permite ao assistente social, a promoção de diversas formações técnicas ao empreendimento, associadas a espaços de ensino, o debate interdisciplinar através da parceria com profissionais de diversas áreas afins e a participação de diversos ambientes de formações externos ao empreendimento.

Dentre os autores que pesquisam e trabalham com a temática da Economia Solidária, prevalece uma dicotomia de opiniões, divergindo entre o incentivo estatal à área, por meio de políticas sociais de fomento e a oposição das mesmas.

Os autores que legitimam o incentivo ao tema, afirmam que a economia solidária é a uma alternativa ao desemprego, apresentando princípios cooperação, de solidariedade e autogestão, como uma alternativa ao modo de produção capitalista.

Segundo Singer, a economia solidária e as cooperativas surgem como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização dos meios do capitalismo (Singer, 2000). A economia solidária seria uma poção de inclusão no mercado e acesso a renda aos indivíduos a margem da sociedade.

Em contraposição a esses argumentos, os autores que se opõem a temática, afirmam que o apoio à economia solidária é uma forma manutenção de um trabalho informal precarizado, já que seus integrantes não teriam acesso a direitos trabalhistas e previdenciários por meio do vínculo aos empreendimentos.

Segundo MISSIO (2007), podem-se pensar nestas experiências solidárias ditas alternativas, como organismos que desempenham uma função estratégica dentro do próprio sistema capitalista, pois ao repassarem uma parcela (mínima) do crescimento econômico para a população excluída, que as mantém sob controle, evitando que as mesmas (através da sua conscientização crescente)

passem a demandar mudanças mais significativas, tanto na esfera econômica como nas relações sociais.

O argumento nos permite questionar, se de fato é uma característica inerente da economia solidária a precarização ou se este fato se dá, em decorrência da falta da conscientização sociopolítica de seus integrantes. É necessário destacar que o conceito de economia solidária como atualmente se apresenta consolidou-se há pouco mais de duas décadas, caracterizando-se como um modo de organização e produção novo, em comparação ao contexto histórico e ao modo de produção vigente.

A ausência de conscientização de classe e unificação através de um movimento político integrador, que associe os componentes vinculados a economia solidária, limita a atuação dos empreendimentos a uma esfera de reprodução da lógica induzida pelo capital (assim como os trabalhadores do mercado formal).

A partir de uma apropriação de seu papel como indivíduo ativo no meio social, o trabalhador (seja ele do mercado formal ou informal), compreende-se como parte integrante de uma classe social, em que possui demandas demandadas semelhantes, em decorrência das imposições do mercado.

A questão social permeia toda essa problemática, configurando-se como peça chave das relações sociais decorrentes da contradição entre o capital e o trabalho. Segundo Yamamoto (2000), a raiz da questão social se encontra no resultado do processo de banalização da vida humana decorrente dos interesses do capital.

Consciente da totalidade em que o processo de trabalho se apresenta e da importância da unificação de classe para a emancipação social, cabe ao assistente social, utilizando da instrumentalidade pertinente e consolidado com base em uma atitude investigativa, propor junto aos empreendimentos meios de fortalecimento do pensamento coletivo e da crítica social.

Através de um diálogo crítico, debatendo junto ao empreendimento os benefícios e as contradições presentes nas relações associativas solidárias, os atores sociais deixam de agir de forma mecânica, reproduzindo as ações induzidas pelo mercado e compreendem que a solidificação das classes

trabalhadoras põe em risco o movimento do capital, cedendo as demandas solicitadas.

Segundo o Código de Ética profissional do Serviço Social, no artigo 5º item é dever do assistente social nas suas relações com os usuários: garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste. (CFESS,1993a).

Uma das possibilidades de emancipação social é o fomento a inserção a movimentos sociais existentes de acordo com as identificações dos usuários. Cabe salientar que constituem como direito do assistente social o apoio e a participação em movimentos sociais e organizações populares, vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania, assegurado no artigo 12º do Código de Ética Profissional (CFESS,1993a).

Ao incentivar a compreensão da aproximação dos movimentos sociais e de classes, o assistente social intensifica um processo de oposição, reforçando a lógica da atuação coletiva, presente nos empreendimentos solidários, transpondo a limitação de um viés econômico para adesão de uma abordagem política.

O assistente social ao trabalhar junto à questão social, nas mais diversas formas, deve compreender que seu fazer profissional deve ser regido em constante oposição e rebeldia ao sistema imposto, onde demonstra que a desigualdade desenvolve a rebeldia. É nesta tensão entre produção de desigualdade e produção de rebeldia que trabalham os assistentes sociais, situado neste terreno movido por interesses distintos (IAMAMOTO,1997).

Através da compreensão da necessidade de unificação social e oposição as relações de trabalho vigentes, os empreendimentos solidários, unidos por interesses comuns, podem exigir do poder público a criação e legitimação dos direitos trabalhistas e previdenciários a eles cabíveis, saindo da precarização da informalidade e assegurando a garantia de seus direitos.

Outra forma de fomento da economia solidária e de oposição ao modo de consumo vigente é a construção de espaço de debate sobre um “consumo consciente”. A partir da compreensão da lógica de mercado, elucida-se de maneira mais clara, o poder do consumo na continuidade do sistema e relações de comércio.

Ao tornar ciência seu papel e relevância na manutenção do sistema, o consumidor tem a opção de optar de maneira consciente, qual produto deseja consumir. Ao comprar de um pequeno produtor e de um empreendimento solidário, o consumidor permite o fortalecimento deste, intensificando o comércio, feiras e produção local em detrimento aos grandes produtores.

Mas para este fato se consolide é necessário um amplo debate sobre o tema, não somente junto à população em geral, através de eventos, rede sociais e mídia, mas também dentro da academia, intensificando a pesquisa e formação na área, a fim de formar profissionais conscientes de seu papel junto ao âmbito social.

Conclusão

As constantes transformações no mundo do trabalho, intensificadas a partir das últimas décadas do século XX, em decorrência da reestruturação produtiva, ocasionaram uma ampla alteração nas relações de trabalho e demandas de mercado. Essas mudanças ampliaram-se com adesão estatal de ideias neoliberais, visando a ampliação de mercado em detrimento da legitimação dos direitos trabalhistas e da inserção de políticas sociais.

Como consequências dessas alterações socioeconômicas, apresentou-se uma constante elevação dos índices de desemprego e adesão ao mercado informal. A figura feminina, que vem sofrendo historicamente pelas limitações de inclusão social e inserção no mercado, sofre duplamente com a precarização e com as mudanças no mundo do trabalho.

Em decorrência do elevado número de desempregos, o mercado informal apresenta-se como uma alternativa ao acesso a renda, viabilizando condições de subsistências aos indivíduos a margem da sociedade. A Economia Solidária ganha lugar nesses espaços, consolidando-se a partir da década de 90 do século XX.

A Economia Solidária apresenta-se como um possível jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar, onde trabalhadores organizados coletivamente atuam junto a: associações e grupos de produtores, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de coleta e reciclagem, empresas recuperadas assumidas pelos trabalhadores, redes de produção, comercialização e consumo, bancos comunitários, cooperativas de crédito, clubes de trocas, entre outros.

No entanto, mesmo com os benefícios de um modo de produção a gestão e cooperativo é necessário salientar que a Economia Solidária ainda apresenta suas limitações. A condição de informalidade acaba isentando o Estado de assumir responsabilidade efetiva sobre a seguridade social dos trabalhadores informais, mantendo estes sujeitos em condições de trabalho precarizadas.

A dificuldade de comunicação entre os atores sociais vinculados a Economia Solidária e de espaços de formação e debate sobre o tema, impede a construção de um pensamento coletivo e unificado da categoria.

A partir da compreensão crítica das relações sociais envolvidas e da atitude investigativa, o assistente social atua nesta realidade, buscando viabilizar instrumentos de compreensão e intervenção nas manifestações da questão social.

Competi ao assistente social, utilizando-se da instrumentalidade cabível, buscar ações que possibilitem a legitimação dos direitos aos usuários, através do acesso e gestão de políticas sociais. Concerne ainda ao profissional de Serviço Social, a construção e adesão de espaços de formação e debate aos empreendimentos, a fim de consolidar ambientes que provenham um diálogo crítico.

No que se refere ao empreendimento solidário de artesãs do Km 3, a partir das atividades realizadas no decorrer do projeto, apresenta-se visível o desenvolvimento do grupo em decorrência das ações coletivas propostas pela equipe técnica de Serviço Social, assim como, dos profissionais das demais áreas.

Após o término do projeto, o grupo continuou sendo assessorado pela incubadora social da UFSM, onde estava sendo incubado paralelamente. A incubadora auxiliou no desligamento do empreendimento ao projeto, a fim de que a conclusão das ações, não ocasiona-se o rompimento das atividades.

A atuação do assistente social junto ao empreendimento foi de extrema importância para fortalecimento e desenvolvimento do grupo, proporcionando meios de acesso a inclusão social e a cidadania, possibilitando assim, a consolidação de um pensamento coletivo e crítico do meio vigente.

Além dos resultados junto ao empreendimento, o projeto possibilitou um amplo aprendizado na formação dos graduando envolvidos, viabilizando uma aproximação do campo de atuação e permitindo uma compreensão da relação direta entre a teoria e a prática.

Por fim, concluo que com base nas ações desenvolvidas durante o projeto, a atuação do profissional de Serviço Social é de grande relevância para a emancipação socioeconômica dos empreendimentos, viabilizando meios para inclusão social e consolidação no mercado de trabalho.

Referencial Bibliográfico

ACONTECE. **Boletim Informativo da SENAES**. Divulgação dos dados preliminares do SIES 2013. Edição especial. 2013. Disponível em:

<<http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/sies-divulgacao-de-dados-preliminares-2013.pdf>> Acessado em: 29/05/2016.

AZEVEDO, SÉRGIO G. de; MENEZES, Wilson. **Fora de lugar. Crianças e adolescentes no mercado de trabalho**. Salvador: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), 2000. Coleção teses e pesquisas, v.2.

BALTAR, P. et al. **Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira**. Berlim: GLU, maio 2010. (Paper n. 9).

_____ LEONE, E. T. **A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro**. Revista brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v.25, n.2, p. 233-249, jul/dez. 2008.

BEZERRA, Adriel F. SILVA, Wendella S. CARVALHO, Zulmara V. **As Incubadoras Sociais e o Desenvolvimento Local: O que é e porque apoiar a iniciativa**. ANPROTEC. Belém, 2014. Disponível em: <[http://anprotec.org.br/anprotec2014/files/artigos/artigo%20\(57\).pdf](http://anprotec.org.br/anprotec2014/files/artigos/artigo%20(57).pdf)>. Acessado em: 31/08/2016.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social – **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Lei 8662/93, que regulamenta a profissão de assistente social, 1993.

CORDEIRO. Rui M. **O que é uma Incubadora Social?** RMC. Recife, 2003. Disponível em: <<https://ruimesquita.wordpress.com/2003/06/04/o-que-e-uma-incubadora-social/>>. Acessado em: 31/08/2016.

FRAGA, Cristina Kologeski. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social**. Revista Serviço. Social e Sociedade. São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n101/04.pdf>> Acesso em: 10/09/2016.

FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS, Alair Ferreira de. **Desafios Metodológicos na Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários**. Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI. Vol.5, N.8: p.53-61, 2009.

GAVIRAGHI, Fabio Jardel. **Plano do Projeto**. Alternativas de trabalho, renda e cidadania para grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica: Grupo Pão e Ponto associação de mulheres artesãs de uma área de ocupação na Vila Schirmer-km 3 - Santa Maria - RS. UFSM, 2014.

GOERCK, Caroline, CELSO, Raquel A ALVES, Bruna S. **Incubação de empreendimentos e economia solidária em Santa Maria no Rio Grande do Sul**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 2. 2013.
_____ **Serviço Social e experiências de Economia Popular Solidária: Um novo espaço de trabalho aos assistentes sociais**. Revista Virtual Textos & Contextos. Nº 5, ano V, nov. 2006.

HOBBSAWN, E. **Era dos extremos** - O breve século XX - 1914, 1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro trabalho e questão social**. 6ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez: 1998

IANNI, Octávio. **O mundo do trabalho**. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *A reinvenção do futuro: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro, IBGE, 2015.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz. (2009), "Economia Solidária", in A. Cattani et al. (orgs.), **Dicionário internacional da outra economia**, Coimbra, Almedina, pp. 162-168.

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres**. São Paulo Veras, 2003.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Köthe. 3. ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988. v. 1.

MEC. Ministério da Educação. **PROEXT**. Brasília, 2016. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12241&ativo=488&Itemid=487/proext>. Acessado em: 08/06/2016.

MISSIO, Fabrício. **Da economia popular solidária a precarização das relações de trabalho**. Revista eletrônica da PUCRS. Porto Alegre, 2010.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. **O trabalho com grupos em Serviço Social: a Dinâmica de Grupo como Estratégia para Reflexão Crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

NEVES, DANIELA, **A Recepção da Economia Solidária no Serviço Social**, Rio de Janeiro. UFRJ, 2010.

NETO, J. P. **Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”**. In: Revista Temporalis nº 3. ABEPSS, 2003.

PINHO, Diva B. **O cooperativismo no Brasil: Da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PLANO DE GESTÃO, **Plano de gestão da Universidade Federal de Santa Maria de 2014/2017**. Santa Maria. 2014. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/proplan/images/coplin/Plano_de_gest%C3%A3o_v1.4-vers%C3%A3o_resumida.pdf>. Acessado em: 08/06/2016.

PRATES, Jane Cruz. **Gestão estratégica de instituições sociais: O método marxiano como mediação do projeto político**. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995.

PRE, **Pró-Reitoria de Extensão da UFSM**. Pró-Reitoria. 2016. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/pre>> Acessado em: 08/06/2016.

PROBST, E.R. **A Evolução da mulher no mercado de Trabalho**. 2005. Disponível em: < <http://www.icpg.com.br/artigos/rev02-05.pdf> > Acesso em 05 de setembro de 2016.

STRECK, Lenio Luiz. MORAIS; José Luis Bolzan de. **Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. 5 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2006.

SINGER, Paul. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição.**
In. SINGER, Paul e SOUZA, André R. (org.) A economia solidária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.

TANAKA, Tatiane. **A Economia Solidaria na USP: A ITCP e a COOPERBRILHA Diversidade.** V Encontro Internacional de Economia Solidaria, São Paulo. Núcleo de Estudo da USP, 2007. Disponível em: <www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/.../DI-01.pdf>.

Acessado em:20/10/2016.

UFSM, **Incubadora Social da UFSM.** Incubadora. 2012 Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/incubadorasocial>>. Acessado em: 08/06/2015.